



SENADO FEDERAL  
Coordenação de Administração de Pessoal

## DECLARAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

### 1. IDENTIFICAÇÃO

Nome completo: \_\_\_\_\_

Categoria/cargo: \_\_\_\_\_

Estado civil:  solteiro(a)  casado(a)  divorciado(a)  
 separado(a) judicialmente  viúvo(a)  convivente (união estável)

Nome do cônjuge: \_\_\_\_\_

Escolaridade:

Analfabeto

Até o 5º ano incompleto do Ensino Fundamental (antiga 4ª série) ou que se tenha alfabetizado sem ter frequentado escola regular

5º ano completo do Ensino Fundamental

Do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental incompleto (antiga 5ª a 8ª série)

Ensino Fundamental Completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Educação Superior incompleta

Educação Superior completa

Pós-Graduação completa

Mestrado completo

Doutorado completo

Cor/raça\*:  indígena  branca  preta  amarela  parda  não informado

Deficiência:  física  auditiva  visual  intelectual  múltipla  nenhuma

Nome do pai: \_\_\_\_\_

Nome da mãe: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Sexo:  masculino  feminino

Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Naturalidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Declaro que as informações são verdadeiras e que não constam rasuras.

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Assinatura

\* O Senado Federal quer conhecer seus servidores pela cor/raça, para fins estatísticos. O objetivo é cumprir compromisso assumido na adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e enviar, de forma completa, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Para tanto, foram adotadas as mesmas categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela RAIS.



SENADO FEDERAL  
Coordenação de Administração de Pessoal

## DECLARAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

### 2. ENDEREÇO

Endereço residencial: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Tel. fixo: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

### 3. DOCUMENTAÇÃO

Certidão  Nascimento  Casamento N° ou Termo: \_\_\_\_\_ N° Livro: \_\_\_\_\_

N° Folha: \_\_\_\_\_ Cartório: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

N° identidade: \_\_\_\_\_ Órgão expedidor/UF: \_\_\_\_\_ Data de expedição: \_\_/\_\_/\_\_

N° título de eleitor: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_ Seção: \_\_\_\_\_

N° certificado de reservista: \_\_\_\_\_ Categoria: \_\_\_\_\_ Região Militar: \_\_\_\_\_

Carteira de trabalho n°: \_\_\_\_\_ Órgão: \_\_\_\_\_

Seção: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

PIS/Pasep: \_\_\_\_\_

### 4. DADOS PARA CRÉDITO DE REMUNERAÇÃO

Banco:  Banco do Brasil  Caixa Econômica Federal

Agência n°: \_\_\_\_\_

Conta n°: \_\_\_\_\_  Corrente  Poupança

Declaro que as informações são verdadeiras e que não constam rasuras.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura

\* O Senado Federal quer conhecer seus servidores pela cor/raça, para fins estatísticos. O objetivo é cumprir compromisso assumido na adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e enviar, de forma completa, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Para tanto, foram adotadas as mesmas categorias utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela RAIS.



SENADO FEDERAL  
Coordenação de Administração de Pessoal

## DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão de  
no(a) \_\_\_\_\_, em atenção ao art. 37,  
incisos XVI e XVII da Constituição Federal, e ao art. 118, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 8.112, de 1990, declaro que:

1. MINHA FONTE DE RENDIMENTOS, A QUALQUER TÍTULO, PROVIRÁ APENAS DO CARGO QUE EXERCEREI NO SENADO FEDERAL.

sim

não

2. POSSUO OUTRA(S) FONTE(S) DE RENDIMENTOS, CONFORME DISCRIMINADO ABAIXO:

**Proventos de inatividade (aposentadoria ou pensão).**

Modalidade da aposentadoria: \_\_\_\_\_

Fonte pagadora: \_\_\_\_\_

Data de início do benefício: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**Cargo, emprego ou função na administração pública direta ou indireta de qualquer dos poderes da União, Estados, Distrito Federal e municípios, incluindo empresas públicas e sociedades de economia mista.**

Cargo/emprego/função: \_\_\_\_\_

Fonte pagadora: \_\_\_\_\_

**Acionista, cotista ou comandatário de empresa privada ou de sociedade civil.**

Empresa: \_\_\_\_\_

**Atividade remunerada, com vínculo empregatício, em empresa privada.**

Horário de trabalho: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

**Outras fontes de remuneração sem vínculo empregatício.**

(aluguel de imóvel, pensão alimentícia, representação, trabalho autônomo, aplicações em instituição financeira etc.)

Especificar: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_

3. NÃO PARTICIPO DE GERÊNCIA OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE PRIVADA, PERSONIFICADA OU NÃO PERSONIFICADA. NÃO EXERÇO COMÉRCIO NEM SOU PROPRIETÁRIO DE FIRMA INDIVIDUAL.

4. NÃO ESTOU EM LICENÇA, SEM VENCIMENTOS OU COM CONTRATO DE TRABALHO SUSPENSO EM ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Súmula 246 do TCU).

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura





SENADO FEDERAL  
Coordenação de Administração de Pessoal

## DECLARAÇÃO DE ISENTO

Eu, \_\_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, indicado(a) para ocupar o cargo em comissão de  
\_\_\_\_\_  
no(a) \_\_\_\_\_,  
declaro ao Senado Federal, para fins de posse em cargo comissionado, e, sob as penas da lei, que estou desobrigado(a) da apresentação da declaração do Imposto de Renda, conforme orientações do Ministério da Fazenda.

A prestação de declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, consiste em crime de falsidade ideológica, sujeito a pena de reclusão, conforme o disposto no art. 299 do Código Penal.

Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Assinatura



SENADO FEDERAL  
Coordenação de Administração de Pessoal

## FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS DE BENS E RENDAS DAS DECLARAÇÕES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA DE PESSOA FÍSICA

### IDENTIFICAÇÃO DO(A) DECLARANTE

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF nº: \_\_\_\_\_  
Cargo em comissão indicado: \_\_\_\_\_  
Unidade de lotação: \_\_\_\_\_

### AUTORIZAÇÃO

SIM

NÃO

Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis nº 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União - TCU a ter acesso aos dados de bens e rendas exigidos das minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física e das respectivas retificações entregues à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Prezado(a) Servidor(a), se você optou por **não autorizar** ao TCU o acesso direto às suas informações de bens e renda na base de dados da Receita Federal, deverá enviar cópia da **Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda Pessoa Física – DIRPF**, entregue anualmente à Receita Federal do Brasil – RFB, ou **Declaração de Isento**, em arquivo no formato PDF com assinatura digital, devidamente cadastrada como Documento (00100) no Sistema de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD, e tramitar para CPDBR - Comissão Permanente de Recepção e Controle das Declarações de Bens e Renda. No registro do documento no SIGAD, deve-se informar DECLARAÇÃO no campo “Espécie/Formato”, código 56.04.01.47 no campo “Classificação Arquivística” e SIGILOSO no campo “Acesso”, com grau de sigilo PESSOAL - DADOS PESSOAIS.

Em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Assinatura